CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DO ENSINO PRIMÁRIO E NORMAL

PROCESSO Nº 753/67 - CEE

INTERESSADO: MILIANA PAULINO DE LIRA LEITE

ASSUNTO : Solicita registro de diploma

RELATOR : Conselheiro NELSON CUNHA AZEVEDO

PARECER Nº 10/69 - CEPEN

Tendo o presente processo ido à Secretaria da Educação e desta ao Departamento de Educação para em caráter de diligência serem respondidas às indagações contidas nas fls. 11, 12 e 13, pelo nobre Cons. Jair de Moraes Neves e por nós formuladas, verificamos que, de volta, referidas indagações foram, em parte, respondidas por aquele órgão da Secretaria.

Ocorre, ainda, que S. Exa. o Sr. Secretário da Educação - conforme se vê a fls. 26 - apreciando a matéria, opina da seguinte forma:

"A validade nacional do diploma de professor primário não se acha expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Por se tratar de documento originário de administrações estranhas a São Paulo, somente lei paulista poderá reconhecê-lo. A legislação específica, que ainda regulamenta o concurso de ingresso, apenas admite a inscrição de diplomados pelas Escolas Normais do Estado".

Por outro lado, devem ser considerados também os interesses dos nossos professores: no concurso que ora se processa inscreveram-se quarenta e cinco mil mestres, disputando pouco mais de duas mil vagas. A necessidade de ampliação do mercado de trabalho para os diplomados é premente, sendo de se considerar com o devido cuidado esse fato antes de se permitir a concorrência na forma preconizada.

Estas considerações são feitas por S. Exa. apreciando o fato de haver o Cons. Nelson Cunha Azevedo "interpelado o Departamento de Educação sobre os motivos pelos quais recusa o registro de professores diplomados por outros Estados. Ressalta o ilustre Secretário da Educação o fato de haver" realmente, o parecer n. 117/65, do ilustre Cons. Alpinolo Lopes Casali, aprovado pelas Câmaras Reunidas do Ensino Primário e do Ensino Médio do Egrégio Conselho Estadual de Educação, versando a matéria e favorável ao referido registro.

A fls. 29 o gabinete do Sr. Diretor Geral do Departamento de Educação opina:

Só o Conselho Estadual de Educação, usando de suas prerrogativas legais pode derrogar o artigo 2º da Lei n. 7.378/62 que diz:

"Só poderão inscrever-se diplomados pelo Curso de Aperfeiçoamento dos Institutos de Educação e Escolas Normais do Estado".

A aprovação do parecer 117/65 só por si não tem força para invalidar dispositivo expresso em lei, já que a equivalência de diplomas conferida pela LDB não é autoaplicável.

Diante das dúvidas e teses levantadas em torno da matéria de que trata o presente protocolado seria de toda conveniência - e mesmo imprescindível - que fosse ouvida a douda Consultoria Jurídica da Secretaria da Educação, a digna Consultoria Jurídica deste Conselho e, na falta da antiga Comissão de Normas e Legislação, o autor do Parecer n. 117/65, o nobre Cons. Alpínolo Lopes Casali, voltando a matéria, a seguir a esta Câmara que, segundo entendemos, estaria, então em condições de opinar sugerindo ao plenário, se for o caso, projeto de resolução a respeito e, se indicado, minuta de decreto ou lei a ser submetido a consideração de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, resolvendo definitivamente este assunto da máxima importância pelas implicações e conotações de ordem educacional, pedagógica, administrativa e mesmo social que provoca.

São Paulo, 10 de março de 1969.

a) Conselheiro NELSON CUNHA AZEVEDO - RELATOR

Aprovado na 8ª sessão da Câmara do Ensino Primário e Normal, realizada em 13 de março de 1969.

a) Conselheiro JAIR DE MORAES NEVES - Presidente da CEPEN